

de A a Z

ANC

pag. 2

- 8 ABR 1987

os Constituintes

CORREIO BRAZILIENSE

1987

Paulo Macarini

Trabalhista do velho PTB, ex-cassado, vai defender os direitos dos trabalhadores e do pequeno agricultor na nova Constituição.



Paulo Macarini (PMDB-SC), 54 anos, é outra vítima do AI-5 que retorna à Câmara, com 51.420 votos. Advogado, ele começou na política elegendo-se vereador em Capinzal (1961-62), sua cidade natal. Em seguida, foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Estado, elegendo-se, pela primeira vez, deputado federal em 1962, pelo extinto PTB seguindo a escola do trabalhismo de Alberto Pasqualini. Em 66, foi reeleito pelo MDB, legenda que representava quando foi cassado em 1969.

No início do atual governo foi nomeado pelo então ministro Waldir Pires para presidir o Iapas, onde demonstrou capacidade administrativa tirando a entidade do marasmo em que se encontrava. Incentivou os servidores do órgão e recuperou o seu déficit de 7,9 bilhões de cruzados, obtendo um superávit, em sua gestão, de mais de 6 bilhões em dezembro de 1985 — fato inédito na história da Previdência.

Ele reconhece que se, por um lado, o Iapas recuperou-se financeira-

mente, há ainda um longo caminho a percorrer em favor dos trabalhadores, notadamente em relação aos benefícios e à assistência médico-hospitalar compatível com a dignidade humana.

Na Assembléia Nacional Constituinte, Macarini quer definir conceituações e escrever alguns capítulos específicos, principalmente quanto à Previdência Social, dívida externa, mercado financeiro, projeto agrícola e estatais. Na Previdência, pretende criar mecanismos em defesa da entidade, tais como a responsabilidade solidária dos dirigentes das empresas inadimplentes pela falta de recolhimentos. Em relação à agropecuária, quer defender o pequeno e médio produtor, que possui área de até 75 hectares, como fator de aumento do poder aquisitivo e de fixação do homem ao solo.

Lutará pelo ensino público gratuito em todos os níveis. Macarini acredita que a Constituinte dará extraordinária contribuição ao processo político, como marco do desenvolvimento econômico e social do País.

Antônio Mariz

E a favor de quatro anos para o mandato de Sarney, lembrando o compromisso assumido por Tancredo Neves.



Antônio Marques da Silva Mariz (PMDB-PB), 49 anos, advogado e promotor de Justiça, retornou à Câmara com 106.591 votos depois de ser derrotado, em 1982, na disputa pelo Governo da Paraíba. Prefeito de Souza (1962 a 68), secretário de Educação e Cultura (69 a 70), chefe da Casa Civil do Governo da Paraíba (81 a 82), deputado federal por três mandatos consecutivos (70 a 82) pela Arena, Antônio Mariz foi um dos fundadores do Partido Popular, transferindo-se posteriormente para o PMDB com a dissolução do PP.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil, com diploma de Ciência Política pela Universidade de Nancy, na França, ele é considerado um liberal com tendência progressista, tendo sido um dos principais articuladores do grupo "Renovador", que em 75 transformou-se na principal sustentação da abertura política, no âmbito da Arena.

Antônio Mariz é simpá-

tico ao parlamentarismo, embora ache que o sistema deva ser adaptado à realidade brasileira. E a favor também do mandato de quatro anos para o presidente Sarney, sem reeleição, "conforme compromisso assumido por Tancredo Neves". A moratória decretada pelo Governo tem o seu apoio, assim como a realização de uma rigorosa investigação da origem da dívida externa.

Em sua opinião, as Forças Armadas devem voltar-se basicamente para a defesa externa, embora não possam ser excluídas em casos que interessem à ordem interna, como conflitos entre os Estados. Antônio Mariz acha que chegou a hora de se fazer a reforma ministerial, para ajustar a equipe aos resultados das últimas eleições. Embora considere a Aliança Democrática uma aliança "torturada pelas incompatibilidades", diz que mantê-la pode vir a ser uma imposição do movimento político. Não tem dúvida, porém, "que mais dia menos dia, essa aliança se romperá".